

Resistência Negra no Brasil

Jucélia Laurentino Bezerra, UEPB
juclialaurentino@hotmail.com

Maria Lucicleide da Rocha Dantas, UEPB
maludantas84@gmail.com

Margareth Maria de Melo, UEPB, Orientadora
margarethmmelo@yahoo.com.br

Esse trabalho reflete a resistência dos negros à escravidão desde a sua terra natal, a África. Fugas, revoltas e quilombos foi uma proposta de estudo do componente curricular Educação e Etnicidade Afro-Brasileira do curso de licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Tal componente mostrou a realidade do negro desde sua viagem forçada ao Brasil até as lutas nos movimentos abolicionistas. No entanto, a historicidade, durante muito tempo, mostrou o negro passivo, com informações superficiais sobre suas fugas, revoltas e o branco como libertador. O objetivo geral desse estudo é conhecer as formas de resistência dos negros à escravidão e, especificamente, reconhecer a importância dos negros como sujeitos que lutaram de modo contínuo contra o regime escravista. Esse estudo fundamenta-se nos autores Jaime Pinsky (2009), Matheus Serva Pereira (2010), Wlamyra R. de Albuquerque & Walter Fraga Filho (2006), dentre outros. A construção de uma visão crítica da história do negro é necessária para romper com o preconceito que existe na sociedade. O negro não é visto como sujeito que construiu o Brasil, por meio de sua força de trabalho, cultura e miscigenação, sendo “obrigado” a lutar pelo seu espaço nos dias atuais. No início da colonização do Brasil, a principal atividade agrícola desenvolvida foi a produção do açúcar. Para trabalhar nos engenhos a mão-de-obra explorada inicialmente foi a escrava indígena. Porém, os nativos não se submetiam a escravidão, por isso grande parte foi exterminada, e as doenças contribuíram para o fracasso do trabalho indígena, de acordo com Pinsky (2009), que acrescenta outros fatores, também, contribuíram para esse fracasso: “a fraca densidade demográfica da população indígena no Brasil; o fato de as tribos ficarem cada vez mais arredias, a partir da percepção do interesse do branco em escravizá-las; a dizimação dos indígenas por meio da super exploração de sua força de trabalho, etc.” (PINSKY, 2009, p.20). Sem falar que os indígenas tinham a proteção dos jesuítas. Paralelo a isso, existia a comercialização do negro pelos europeus como mostra Aladrén (2010) “o tráfico atlântico recebeu um grande impulso, barateando o preço dos escravos africanos e tornando sua importação viável para os senhores de engenho e lavradores de cana”. Percebe-se que o crescimento econômico dos colonizadores com o trabalho do nativo não teria tanto êxito, provocando a substituição da mão de obra indígena pela do negro (ALADRÉN, 2010 p.83). Na África, a escravidão existia entre as nações, mas não mercantilista e exploratória como mostra PINSKI (2009, p.28) “o tráfico era muito reduzido, escravos eram geralmente prisioneiros de guerra e após algumas gerações as relações escravistas eram eliminadas”. Assim, não se pode comparar a escravidão na África com a que foi promovida pelos europeus. A viagem forçada nos navios se dava de maneira desumana, os negros eram mal alimentados, não tinham direito a higienização e as doenças se alastravam fazendo inúmeras vítimas, mesmo assim, o tráfico negreiro trouxe para o Brasil milhares de africanos durante o período da escravidão (COTRIM, 2010 p.43). É preciso esclarecer que os negros não “vieram” para o Brasil, eles foram traficados. Segundo Albuquerque & Fraga Filho (2006, p.117) a resistência contra esse regime ocorreu de vários modos como: desobediência sistemática, trabalho executado de forma lenta, fugas individuais ou coletiva, revoltas nos cativerios e formações

de quilombos. Segundo Pereira (2010) As fugas eram um desafio para o escravo, pois a vigilância dificultava tal ação, entretanto, arriscavam suas vidas em terras que pouco conhecia, mesmo sabendo que os seus senhores iriam caçá-los e, caso os encontrassem, eram castigados severamente, servindo de exemplo para outros escravos não tentarem fugir.(PEREIRA, p.94). À volta para África era impossível, a liberdade era um sonho a ser conquistado e dependia da ajuda de terceiros como mostra Albuquerque & Fraga Filho (2006, p.118) “Fugir era perigoso, difícil e, geralmente, dependia da solidariedade de outros escravos, libertos e livres. Era preciso alguém que pudesse facilitar a fuga, fornecendo abrigo, alimentação e trabalho para não levantar suspeitas”. As revoltas também faziam parte da resistência, de acordo com Cotrim (2010, p.46), “[...] alguns se rebelavam e agiam com violência contra senhores e feitores; boicotavam os trabalhos, reduzindo ou paralisando os trabalhos, quebrando ferramenta ou incendiando plantações”. Em relação às negociações, entre escravos e senhores, buscavam-se meios que amenizavam o sofrimento dos negros, como direito a liberdade para fazer seus batuques, festas, descanso e tempo para dedicar a sua pequena lavoura, pois sua alimentação dependia dela. Outro modo de resistência foi à violência contra a si própria, segundo Cotrim (2010, p.46), “algumas mulheres, por exemplo, provocavam abortos para evitar que seus filhos, também, fossem escravos; outros cativos chegavam a praticar suicídio”. Nunca existiu passividade do negro, a união entre eles foi fundamental para resistirem à escravidão. As resistências iniciaram nas senzalas e se expandiram até os centros urbanos ao longo do sistema escravista. A Revolta dos Malês, ocorrida na Bahia, foi um movimento escravista e seus líderes eram mulçumanos que lutavam pela liberdade, mas foram derrotados, de acordo com Albuquerque & Fraga Filho (2006, p.137). O quilombo, também, foi um modo de resistência, sendo sociedades bem organizadas que recebiam negros fugitivos, localizavam-se algumas vezes em regiões próxima a vilas onde possibilitava o contato com negros livres, ofereciam seus serviços e estabeleciam o comércio, de acordo com Pereira (2010). “Mesmo sofrendo constantes perseguições, alguns desses quilombos abasteciam de alimentos e outros gêneros – como a lenha – as cidades mais próximas [...] (PEREIRA, 2010 p.97). Entretanto, Palmares foi um quilombo construído afastado das vilas, se localizava na Serra da Barriga, atual Alagoas, região de difícil acesso que chegou a contar com milhares de integrantes. (ALBUQUERQUE & FRAGA FILHO, 2006 p. 120). A metodologia de pesquisa foi bibliográfica destacando a contribuição de vários historiadores para compreensão da resistência dos negros a escravidão ao longo da história. Os resultados revelaram que é necessário lançar um novo olhar sobre a história dos negros no Brasil, enfatizando suas lutas, valorando a cultura, desconstruindo uma visão preconceituosa construída ao longo dos séculos. Essa visão crítica deve partir dos educadores, buscando ultrapassar as informações superficiais expostas nos manuais para docentes e alunos. Em um país em que o preconceito ocorre, muitas vezes, de modo oculto, sutil, alimentado pela visão do colonizador, é necessário desconstruir a visão negativa, que ainda existe, do negro. Assim, a historiografia deve mostrar com mais profundidade a vida dos negros, suas lutas e sua importância na construção do país. É constatado que muito se omite em relação às sociedades africanas antes do mercantilismo escravocrata, pois estas já possuíam uma forma própria de escrita e uma civilização formada. Também não se esclarece sobre a religião e cultura negra, alimentando conceitos distorcidos implantados pelos seus exploradores. As igrejas e a elite contribuíram para a desvalorização dos negros, através de imposições de ideias que maculavam a imagem do africano. Ainda hoje, vive-se com heranças desse passado opróbrio. É preciso saber que somos fruto da miscigenação para, assim, diminuir o preconceito étnico que, infelizmente, por ignorância, permanece nas esferas sociais.

Palavras chave: Tráfico; Escravidão; Resistência